ISSN: 2358-8829

PLURALIZAÇÃO ONTOLÓGICA DO ENSINO DE POLÍTICA: FILOSOFIAS INDÍGENAS E AFRICANAS COMO CONTRIBUIÇÃO PARA O CURRÍCULO DO ENSINO MÉDIO

Hildon Oliveira Santiago Carade[1]

INTRODUÇÃO

A Lei nº 10.639/2003 constituiu um marco decisivo para a transformação do currículo escolar brasileiro ao tornar obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira na Educação Básica. A norma determinou que tais conteúdos fossem trabalhados no conjunto do currículo escolar e estabeleceu, entre seus objetivos, o reconhecimento das contribuições da população negra nas áreas social, econômica e política. Posteriormente, a Lei nº 11.645/2008 ampliou esse marco ao incluir a História e Cultura Indígena no currículo oficial, determinando que tais conteúdos fossem trabalhados no âmbito de todo o currículo escolar. Entretanto, no âmbito da educação básica a efetiva implementação dessas leis encontra-se ainda em fase inicial.

No ensino da política, esse problema assume particular relevância. A tradição curricular frequentemente apresenta Aristóteles, Platão, Maquiavel, Hobbes, Locke, Rousseau, Montesquieu e a formação do Estado moderno como referências centrais para compreender a política. Conceitos como soberania, cidadania, representação, contrato social e separação dos poderes são fundamentais para a formação sociológica e política dos estudantes. O problema não está, portanto, na presença desses autores, mas na possibilidade de que uma experiência histórica particular seja apresentada como se constituísse a forma universal da política. Assim, a pergunta que orienta esta proposta é a seguinte: como incorporar as contribuições das filosofias políticas africanas e indígenas ao ensino de Sociologia sem reduzi-las a conteúdos complementares de

[1] Professor de Sociologia do IF BAIANO, campus Santa Inês-BA, hildon.carade@ifbaiano.edu.br

ISSN: 2358-8829

"cultura" ou a objetos da Antropologia, mas reconhecendo-as como formas legítimas de produção de pensamento político?

Essas questões nos levam a dialogar com as políticas de educação das relações étnico-raciais. Se a Lei nº 10.639/2003 determina o reconhecimento das contribuições da população negra também no campo político, sua efetivação pode significar mais do que acrescentar informações sobre a história da África ou sobre a população negra brasileira. Pode significar reconhecer que diferentes povos produziram conceitos, práticas e reflexões acerca do poder, da autoridade, da comunidade e da vida coletiva.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

O trabalho apresenta uma proposta teórico-metodológica desenvolvida no âmbito da disciplina Sociologia no Ensino Médio, estruturada como sequência didática de caráter qualitativo, comparativo e interdisciplinar. A sequência foi organizada em torno de problemas comuns: origem e legitimidade da autoridade, concentração e limitação do poder, formas de liderança, organização da comunidade, relação entre política e território e definição dos sujeitos que participam da vida coletiva. As atividades envolveram leitura orientada, discussão coletiva, seminários e comparação entre diferentes tradições intelectuais. A análise pedagógica realizada neste trabalho toma como material os debates e as produções desenvolvidas no percurso, buscando identificar deslocamentos na compreensão dos estudantes sobre o conceito de política. Metodologicamente, portanto, não se pretende apresentar uma pesquisa quantitativa sobre aprendizagem, mas uma experiência de intervenção curricular acompanhada de reflexão teórico-metodológica. O objetivo é demonstrar como a reorganização dos referenciais utilizados no ensino pode produzir uma abordagem mais plural e antirracista do conhecimento político.

REFERENCIAL TEÓRICO

ISSN: 2358-8829

O currículo não é uma simples lista neutra de conteúdos. A seleção de autores, conceitos, problemas e exemplos constrói uma determinada imagem do conhecimento e estabelece hierarquias entre modos de interpretar o mundo. Como argumenta Michael Apple, a pergunta sobre o que se ensina não pode ser separada das relações de poder que tornam certos conhecimentos legítimos e outros marginais. A organização curricular participa, assim, da produção de consensos sobre o que conta como saber, quem está autorizado a produzi-lo e quais experiências são consideradas relevantes.

No ensino da política, a centralidade do Estado pode converter-se em uma espécie de pressuposto silencioso. A história das instituições europeias passa a fornecer a escala pela qual outras formas de organização são avaliadas: quanto mais próximas de um Estado centralizado, mais "complexas" ou "desenvolvidas" pareceriam; quanto menos se ajustam a esse modelo, mais facilmente são descritas pela falta. O vocabulário da ausência (sociedades sem Estado, sem governo, sem lei ou sem política) não apenas descreve diferenças institucionais: ele pode reproduzir uma escala evolucionista que toma a experiência europeia como destino comum.

A legislação brasileira sobre educação das relações étnico-raciais permite questionar essa hierarquia. As Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 exigem que as histórias e culturas afro-brasileiras e indígenas sejam trabalhadas no currículo escolar. A leitura dessas normas em chave epistemológica significa compreender que a presença desses povos não deve ficar restrita a datas comemorativas, manifestações culturais ou capítulos isolados. Suas experiências e reflexões precisam participar da discussão dos conceitos centrais da disciplina.

Assim, a proposta parte de uma questão elementar: o Estado é condição necessária para a existência da política? A leitura de *Macbeth*, de William Shakespeare, constitui o ponto de partida da sequência didática. A obra permite discutir a ambição, a concentração e a corrupção do poder, bem como os problemas relacionados à autoridade política. A partir dela, os estudantes são conduzidos à tradição moderna de limitação institucional do poder, especialmente à ideia de que a concentração da autoridade deve ser controlada mediante instituições, normas e distribuição de competências.

ISSN: 2358-8829

Aristóteles é posteriormente mobilizado para discutir a afirmação do ser humano como *zoon politikon*. O objetivo não é simplesmente apresentar a definição clássica, mas perguntar: se os seres humanos são animais políticos, isso significa necessariamente que são animais estatais? A questão permite separar conceitualmente duas afirmações que frequentemente aparecem confundidas no ensino: a de que a vida humana é constitutivamente política e a de que o Estado constitui sua forma necessária.

Essa distinção ganha força com David Graeber e David Wengrow, cuja crítica às narrativas lineares da história humana questiona a ideia de que as sociedades teriam percorrido uma trajetória necessária em direção ao Estado, à hierarquia e à centralização. A política passa, então, a ser compreendida como campo de experiências históricas diversas, e não como uma sequência evolutiva cujo ponto culminante seria o Estado moderno.

A antropologia clássica constitui outro momento importante da proposta. A leitura de Claude Lévi-Strauss permite introduzir formas de organização política dos Nambiquara e questionar perspectivas evolucionistas que classificavam sociedades segundo uma escala de desenvolvimento cujo parâmetro era a sociedade ocidental. Pierre Clastres radicaliza esse deslocamento ao demonstrar que determinadas sociedades ameríndias não podem ser compreendidas simplesmente pela ausência do Estado. Em *A sociedade contra o Estado*, o problema passa a ser compreender os mecanismos sociais mediante os quais determinadas coletividades impedem a concentração coercitiva do poder. A experiência africana amplia essa discussão. Os trabalhos de Max Gluckman e E. E. Evans-Pritchard evidenciam diferentes formas de organização política, autoridade, conflito e integração social. A comparação permite aos estudantes perceber que não existe uma única maneira de constituir autoridade ou organizar a vida coletiva.

Esse percurso é aprofundado pelas contribuições contemporâneas de Eduardo Viveiros de Castro, Mario Blaser e Isabelle Stengers. Seus trabalhos permitem deslocar a discussão das diferenças institucionais para diferenças mais profundas acerca de quem ou do que participa da constituição da vida coletiva. Em diversas filosofias políticas

ISSN: 2358-8829

indígenas, as relações entre humanos, território, animais, ancestralidades, rios, florestas e outros seres não podem ser simplesmente separadas em compartimentos equivalentes às modernas esferas da política, da natureza, da religião ou da economia.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A reflexão sobre a experiência pedagógica permite organizar quatro deslocamentos principais. O primeiro é a desnaturalização do Estado. Ao confrontar a experiência estatal moderna com diferentes formas de organização política, os estudantes são convidados a perceber que a existência da política não depende necessariamente de instituições estatais. O Estado passa a ser compreendido como forma histórica específica, dotada de grande importância, mas não como sinônimo de política.

O segundo deslocamento consiste em ampliar o conceito de autoridade. A comparação entre o poder institucionalizado e formas de chefia baseadas em persuasão, generosidade e obrigações coletivas revela que liderança não significa necessariamente comando coercitivo. O caso discutido por Clastres permite perguntar como uma sociedade pode reconhecer um chefe e, ao mesmo tempo, limitar sua capacidade de transformar prestígio em poder separado. Essa pergunta também torna visível que o poder não se resume à posse de um cargo: depende de relações sociais que o sustentam, restringem ou contestam.

O terceiro deslocamento é a ampliação do repertório de pensamento político. Os trabalhos sobre sociedades africanas e indígenas deixam de aparecer apenas como exemplos utilizados para ilustrar conceitos europeus e passam a funcionar como interlocutores na discussão de problemas clássicos. A questão da autoridade, por exemplo, não é apresentada apenas por meio da soberania e da burocracia, mas também a partir da obrigação, da reciprocidade, da segmentação social, da mediação de conflitos e das relações com o território.

ISSN: 2358-8829

O quarto deslocamento diz respeito à própria definição dos participantes da política. As abordagens contemporâneas sobre cosmologias indígenas e conflitos ontológicos desafiam a ideia de que toda controvérsia possa ser reduzida a interesses humanos em torno de recursos naturais. A discussão sobre rios, florestas e territórios permite abordar conflitos em que diferentes coletividades não divergem apenas sobre o uso de uma coisa, mas sobre o que essa coisa é e quais relações a constituem. Desse modo, a política pode ser ensinada como campo de disputas sobre a composição do mundo comum.

Esses deslocamentos devem ser entendidos como objetivos e possibilidades interpretativas da proposta, não como resultados experimentais comprovados. Sua relevância reside em oferecer ao professor um roteiro para tornar visíveis os pressupostos do currículo. Quando os estudantes identificam que a política pode ser organizada de modos diversos, podem também compreender que as instituições contemporâneas são históricas e, por isso, passíveis de crítica e transformação.

Há, contudo, desafios. O primeiro é evitar que a ampliação curricular se transforme em uma sucessão apressada de autores, sem tempo para contextualização. O segundo é não converter sociedades indígenas e africanas em ilustrações exóticas de uma teoria elaborada em outro lugar. O terceiro é enfrentar a tendência a idealizar coletividades não estatais como necessariamente igualitárias ou pacíficas. Por fim, é necessário reconhecer os limites das fontes disponíveis e a historicidade das interpretações antropológicas. Uma abordagem antirracista consistente precisa aliar pluralização epistemológica, rigor conceitual e atenção à diversidade interna dos povos estudados.

A proposta também convida a repensar a função docente. Ensinar política não significa apenas transmitir um cânone de autores, mas criar condições para que os estudantes reconheçam como as categorias de análise são produzidas e quais experiências elas deixam à margem. A escolha de interlocutores africanos e indígenas não representa uma concessão periférica ao currículo: é uma forma de reorganizar a

ISSN: 2358-8829

pergunta sobre o que é política, quais formas de vida coletiva podem ser comparadas e que conhecimentos merecem participar da elaboração de respostas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo desenvolveu uma proposta teórico-metodológica para o ensino de política na disciplina Sociologia, orientada pela pergunta sobre a necessidade do Estado para a existência da política. O diálogo entre a tradição política ocidental, Graeber e Wengrow, Lévi-Strauss, Clastres, a antropologia política africana e abordagens contemporâneas sobre ontologia e território permite contestar narrativas que apresentam a centralização estatal como destino universal da humanidade.

Graeber e Wengrow ajudam a questionar a história como escada evolutiva e a reconhecer a diversidade e a reversibilidade de experiências políticas. Lévi-Strauss permite observar formas de liderança cuja autoridade depende de relações e práticas distintas da coerção estatal. Clastres radicaliza a crítica ao propor que determinadas sociedades produzem mecanismos para impedir a autonomização do poder coercitivo, e que a chefia pode ser definida mais pelas obrigações assumidas do que por privilégios. A antropologia política africana amplia o repertório comparativo ao mostrar que a ordem, a autoridade e o conflito podem ser organizados por relações sociais variadas. Viveiros de Castro, Blaser e Stengers, por sua vez, convidam a questionar os limites modernos entre política, natureza e território.

A contribuição curricular dessa abordagem consiste em reconhecer filosofias políticas africanas e indígenas como interlocutoras na produção do conhecimento, e não como conteúdos adicionais ou exemplos subordinados a uma teoria supostamente universal. Essa mudança está alinhada ao horizonte das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, entendidas não apenas como exigências de inclusão temática, mas como oportunidade de democratização epistemológica do currículo.

Por fim, a proposta não pretende substituir uma universalidade europeia por uma imagem homogênea ou idealizada de sociedades indígenas e africanas. O objetivo é

sustentar uma comparação crítica, atenta às diferenças históricas e aos limites das fontes, que permita aos estudantes compreender a política como campo plural de experiências humanas. Ensinar política para além do Estado é, assim, tanto ampliar o repertório de formas políticas reconhecidas quanto questionar quem tem sido autorizado a produzir as categorias por meio das quais a vida coletiva é interpretada.

Palavras-chave: ENSINO DE SOCIOLOGIA, FILOSOFIAS POLÍTICAS INDÍGENAS, ONTOLOGIAS POLÍTICAS, CURRÍCULO, DECOLONIALIDADE

REFERÊNCIAS

APPLE, Michael W. *Ideologia e currículo*. Porto Alegre: Artmed, 2006.

BLASER, Mario. *Storytelling globalization from the Chaco and beyond*. Durham: Duke University Press, 2010.

BRASIL. *Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003*. Altera a Lei nº 9.394/1996 para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira.

BRASIL. *Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008*. Altera a Lei nº 9.394/1996, modificada pela Lei nº 10.639/2003, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena.

CLASTRES, Pierre. *A sociedade contra o Estado*. São Paulo: Cosac Naify.

EVANS-PRITCHARD, E. E. *Os Nuer*. São Paulo: Perspectiva.

GLUCKMAN, Max. *African political systems*. London: Oxford University Press, 1940.

GRAEBER, David; WENGROW, David. *O despertar de tudo: uma nova história da humanidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Tristes trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras.

SHAKESPEARE, William. *A tragédia de Macbeth*. Florianópolis: EDUSC, 2016.

STENGERS, Isabelle. *Cosmopolitics I*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2010.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2002.